



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

**Parecer nº 163/2024/PJ/FMB**

**Processo administrativo nº 2023/532746**

**Assunto: Impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 30/2024**

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 030/2024 (fls. 455/472), cujo objeto consiste na contratação de empresa para a **prestação de serviços de coletas e análises de amostras de água com emissão de laudos**.

Da leitura dos documentos que instruem os autos, depreende-se que:

a) após lançada a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com abertura prevista para 16.04.2024 (fls. 455), foi realizada impugnação ao edital, a qual foi submetida à análise desta Procuradoria Jurídica (fls. 539);

b) a impugnação foi interposta em 09.04.2024, por SUPREMA TECNOLOGIA ANALÍTICA LTDA. (fls. 486/490), objetivando, em síntese, a exclusão do subitem 15.7.6. do edital e do subitem 4.1.1 do termo de referência, sob o argumento de se tratar de exigência restritiva e de impossível atendimento; e a inclusão de exigência dos licitantes de uma relação de equipamentos que os licitantes possuem para realizar as análises objeto do edital, em atenção às normas vigentes;

c) o Setor de Suprimentos, ao analisar o pedido, concluiu pelo seu acolhimento e, no mérito, pela alteração das exigências estabelecidas no edital (fls. 532/538).

### **É a síntese do necessário.**

A impugnação é o meio pelo qual particulares e licitantes podem provocar a revisão ou a supressão de uma condição prevista no edital, sob o argumento de que ela não respeita a ordem jurídica vigente. É em razão da eventual existência de uma ilegalidade que se justifica a impugnação.

O art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/21 assim prescreve:

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

Nesse sentido, fixou o edital do certame:

[goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

*6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.*

Depreende-se que o pedido foi feito em petição escrita, subscrita e com a identificação da empresa impugnante, dentro do prazo fixado na lei e no edital, uma vez que a data de abertura da sessão estava marcada para 16.04.2024, portanto, a impugnação interposta por pessoa jurídica em 09.04.2024, a qual se encontra na condição de licitante, é **tempestiva**.

**Ante o exposto, opinamos pelo seu conhecimento.**

Quanto ao mérito, depreende-se que a empresa interessada se insurge contra aspectos técnicos da licitação, mais especificamente quanto às exigências constantes nos subitens 15.7.6 do edital e 4.1.1 do termo de referência, que exigem da empresa vencedora, antes da assinatura do contrato, a apresentação de “*Certificado de calibração dos equipamentos: Espectrômetro de Emissão por plasma indutivamente acoplado (ICP-OES), Cromatografia a gás com detector de massas (GC-MS) e Cromatografia Líquida com detector de massas (LC-MSMS), rastreáveis pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e contidos nas instalações da empresa contratada ou, se for o caso, da empresa subcontratada*”. Além disso, pretende a inclusão de exigência de relação de equipamentos dos licitantes que serão utilizados para execução do objeto.

Segundo a unidade requisitante (fls. 528/529) e o Setor de Suprimentos (fls. 532/538), a impugnação procede, motivo pelo qual foi proposta a alteração do edital e termo de referência.

Especificamente sobre a exigência de certificação de qualidade, o art. 42, inc. I da Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de “*comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro*”.

O inc. III do mesmo dispositivo também autoriza a exigência de “*certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada*”.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Ainda nesse sentido, o §1 do mesmo artigo prevê que: “o edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro)”.

Inferre-se, portanto, que a Lei nº 14.133/2021 confere à Administração Pública a prerrogativa de solicitar certificados de qualidade aos licitantes, demonstrando que essa exigência está dentro do âmbito de sua discricionariedade. No entanto, é crucial impor tal exigência com discernimento, pois pode restringir a concorrência. Com efeito, a justificativa para tal exigência deve ser robusta e só deve ser aplicada quando absolutamente necessária para assegurar a qualidade do objeto em questão. Caso contrário, há o risco de comprometer a natureza competitiva do processo licitatório, indo de encontro ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

*Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:*

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;*
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;*

No caso em questão, a unidade requisitante, responsável pela exigência, decidiu acatar a impugnação apresentada, removendo as exigências mencionadas e substituindo-as pela exigência de que a empresa vencedora apresente um certificado de calibração dos equipamentos a serem utilizados na execução do objeto.

Ante o exposto, e considerando as manifestações que nos precedem pela revisão do ato administrativo, entendemos desnecessário se aprofundar na questão, motivos pelos quais, do ponto de vista jurídico, **OPINAMOS pelo conhecimento da impugnação e, no mérito, pela sua procedência.**

Alertamos, contudo, para observância do disposto no §1º do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, o qual determina que:

*“Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos*



SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

*prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas”.*

Por fim, ressaltamos que o presente exame limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, econômicos, financeiros e aqueles que exijam o exercício da competência e da discricionariedade administrativa a cargo dos órgãos competentes do SEMAE.

**É o parecer, *sub censura*.**

Piracicaba/SP, 26 de abril de 2024.

**Felipe Milani Baldan**  
Procurador Jurídico

De acordo.  
**Danielle Pacheco de Souza Santim**  
Procurador Jurídico Chefe

[goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8](https://goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8)

[semaepiracicaba.sp.gov.br](https://semaepiracicaba.sp.gov.br)

019 – 3403-



# Assinaturas do documento

## "Parecer jurídico"



Código para verificação: **ZTTPO96H**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM** (CPF: 177.XXX.448-XX) em 29/04/2024 às 09:04:16 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.  
(Assinatura do sistema)



**FELIPE MILANI BALDAN** (CPF: 410.XXX.428-XX) em 26/04/2024 às 12:06:21 (GMT-03:00)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

**2023/532746** e o código **ZTTPO96H** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.